

Juventude e interseccionalidade: encontrando Lélia Gonzalez

Juliana de Moraes Prata¹  0000-0003-3216-3130

Mônica Dias Peregrino Ferreira²  0000-0002-0330-4371

Juliana de Souza Barbosa³  0000-0003-4654-4241

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 20261-005 – cap@uerj.br

²Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 22290-902

³Pesquisadora independente. Rua Caciporé, 733, Maricá, RJ, Brasil. 24931-150



ref

Resumo: A interseccionalidade destaca como diferentes formas de opressão interagem, afetando gênero, raça, classe e outras identidades. Este estudo investiga a transição entre escola e trabalho entre jovens brasileiros, utilizando dados da Pesquisa Ibero-americana com Jovens (15-29 anos) e as contribuições de Lélia Gonzalez. A metodologia combina análise quali-quantitativa e Análise de Correspondência Múltipla (ACM) das categorias sociais em quatro faixas etárias. Os resultados indicam que a abordagem interseccional, fundamentada no feminismo negro de Gonzalez, amplia a compreensão das trajetórias juvenis, oferecendo novas lentes epistemológicas e complexificando a análise dessas experiências.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Lélia Gonzalez; Transições Juvenis; Desigualdades Sociais.

Youth and Intersectionality: Engaging with Lélia Gonzalez

Abstract: Intersectionality highlights how different forms of oppression interact, affecting gender, race, class, and other social identities. This study examines the transition between school and work among Brazilian youth, using data from the Ibero-American Youth Research (ages 15-29) and the contributions of Lélia Gonzalez. The methodology combines a quantitative-qualitative approach and Multiple Correspondence Analysis (MCA) of social categories across four age groups. The results indicate that the intersectional approach, grounded in Gonzalez's Black feminism, enhances the understanding of youth trajectories, providing new epistemological lenses and adding complexity to the analysis of these experiences.

Keywords: Intersectionality; Lélia Gonzalez; Youth Transitions; Social Inequalities.

Juventud e Interseccionalidad: Un Encuentro con Lélia Gonzalez

Resumen: La interseccionalidad resalta cómo diferentes formas de opresión interactúan, afectando al género, la raza, la clase y otras identidades sociales. Este estudio examina la transición entre la escuela y el trabajo entre jóvenes brasileños, utilizando datos de la Investigación Iberoamericana sobre Juventud (15-29 años) y las contribuciones de Lélia Gonzalez. La metodología combina un enfoque cuanti-cualitativo y el Análisis de Correspondencias Múltiples (ACM) de categorías sociales en cuatro grupos de edad. Los resultados indican que el enfoque interseccional, basado en el feminismo negro de Gonzalez, amplía la comprensión de las trayectorias juveniles, proporcionando nuevas lentes epistemológicas y añadiendo complejidad al análisis de estas experiencias.

Palabras clave: Interseccionalidad; Lélia Gonzalez; Transiciones Juveniles; Desigualdades Sociales.

Introdução

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, "quando se esforça", ele sobe de vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.
Gonzalez (2020, p. 78, grifo no original)

Numa sociedade onde a divisão racial e sexual do trabalho faz dos negros e das mulheres trabalhadores de segunda categoria, no conjunto dos trabalhadores já por demais explorados; numa sociedade "onde racismo e sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia dominante", fazem dos negros e das mulheres "cidadãos de segunda classe", não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra.
Carta-denúncia (NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras, 1984, grifo no original)

As epígrafes acima permitem elucidar os meandros dos problemas sociais inscritos na cultura brasileira que insistiam em escamotear as múltiplas desigualdades (raça, gênero e classe...) da ordem social existente. Diante deste cenário, Lélia Gonzalez foi uma mulher negra e intelectual visionária no pensamento negro brasileiro que desnudou as ambiguidades presentes na formação histórico-cultural do Brasil.

Adentrar na produção teórica de Gonzalez em profundidade é um desafio constante, visto se tratar de uma intelectual com muitas camadas e nuances. Embora tal produção tenha ganhado impulso nas últimas décadas, sobretudo, no que diz respeito à vida e à obra da autora nos debates acerca da raça, gênero e classe, Flávia Rios e Stefan Klein (2022) apontam para os limites no tratamento analítico da produção intelectual da autora no âmbito das pesquisas nas áreas das Ciências Sociais no sentido de apontarem, de forma ainda incipiente, para os fundamentos da teoria social inscrita no pensamento de Gonzalez.

Evidentemente, legitimar a teoria social crítica gestada por Gonzalez e seu rigor analítico construído por óticas teóricas multifacetadas implica enfrentar questões caras e difíceis, tais como: Por quais bases se constituíram as complexas estruturas de dominação e exploração no Brasil e na América Latina? Como compreender as vicissitudes do racismo por denegação¹ (racismo disfarçado, por omissão) no Brasil? De que forma ocorrem as imbricações nos eixos de opressão do racismo, sexismo no contexto do sistema capitalista no Brasil? Estas são algumas das inquietações que moviam o pensamento da autora que, por sua capilaridade e análise metódica do binômio dominação-exploração, engendra os fundamentos de uma teoria complexa e crítica do social (RIOS; KLEIN, 2022). Nessa direção, corroboramos a assertiva a seguir:

Lélia Gonzalez estabeleceu alicerces para uma teoria do social, em particular o modo como ela, influenciada pelo marxismo, operou com a categoria classe para compor **sua teoria interseccional**, que envolve também as categorias de raça e gênero, visando explicar e, ao mesmo tempo criticar, as complexas estruturas de dominação e exploração no Brasil e na América Latina (RIOS; KLEIN, 2022, p. 808, grifo das autoras).

Gonzalez (RIOS; KLEIN, 2022) engendrou críticas teóricas em perspectiva decolonial ao propor reflexões com a categoria político-cultural da amefricanidade, imbricando racismo, colonialismo, imperialismo, racismo à brasileira, quando sequer havia contribuições teóricas sistematizadas tal como proposto pelo projeto político-acadêmico decolonial e a crise dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. Em outras palavras, no processo de compreensão da formação histórico-cultural do Brasil mediante tradição ensaística, Gonzalez (RIOS; KLEIN, 2022) amplia o enfoque de análise para explorar a influência negra na formação da América Latina, melhor dizendo, América Latina. Conforme explicita Rios (em RIOS; KLEIN, 2022), é possível inferir que Gonzalez está nas bases do pensamento negro e afrodiaspórico (teorias pós-coloniais; decoloniais; interseccionais).

Pioneira na abordagem de análise que conjuga raça e gênero no Brasil, Gonzalez (2020) foi uma intelectual orgânica que ocupou duas posições preponderantes na estrutura social no que diz respeito às lutas por emancipação: militante e acadêmica. Em ambas as posições, atuou com ímpeto radical, de modo que seu pensamento feminista negro se enraizou. Embora o conceito de interseccionalidade não estivesse em cena no contexto de atuação política e intelectual nas décadas de 70 e 80, isto é, não tivesse sido cunhado, Gonzalez (2020) já acenava para o duplo fenômeno do racismo e sexismo nas análises de conjuntura social no que se refere às relações interseccionais de poder.

No texto "Racismo e sexismo na cultura brasileira", Gonzalez (2020), por meio de uma análise de conjuntura apurada e precisa sobre a realidade brasileira fraturada por desigualdades, lança as bases dos estudos sobre a incorporação da raça e gênero como marcadores centrais na compreensão da posição social de mulheres negras na força de trabalho, nas relações

¹ A partir de uma perspectiva psicanalítica, a autora faz uso do termo racismo por denegação aludindo para o processo de negação das marcas constitutivas do indivíduo negro e as marcas da latino-amefricanidade. Nesse sentido, o racismo configura-se como sintoma da neurose cultural brasileira.

raciais e outras instâncias, tendo em vista que o racismo e o sexismo integram a estrutura das relações políticas e ideológicas do capitalismo.

Gonzalez teceu críticas contundentes em duas direções. Ao Movimento Feminista brasileiro constituído por mulheres brancas oriundas das classes médias, Gonzalez (2020) denuncia a omissão da opressão racial que incidia sobre mulheres negras, isto é, discursos de um setor progressista que luta pelos direitos das mulheres e, paradoxalmente, nutrem-se dos mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial. Ao Movimento Negro, Gonzalez (2020) aponta os conflitos internos decorrentes dos processos de tomada de decisões dominados pelos homens negros e questiona o papel da mulher negra na mobilização negra organizada. Nota-se que, nesse lugar de intersecção, a autora apontou para as contradições internas dos movimentos sociais em cena, embora não desconsiderasse as contribuições de ambos.

Nessa perspectiva, o pensamento feminista e negro de Gonzalez tocou em temáticas cruciais na compreensão das desigualdades brasileiras, a saber: a questão da mulher negra e o trabalho; a juventude negra e as interfaces com as condições de subemprego, bem como o genocídio desse segmento; o resgate e a afirmação da cultura negra, dentre outros aspectos analisados pela intelectual e sua crítica radical.

O ensaio “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego” (GONZALEZ, 2020) expõe uma análise apurada e categórica de Gonzalez acerca da dependência econômica neocolonial do Brasil em face dos países centrais – capitalismo internacional, bem como as configurações dos processos de acumulação na formação econômica brasileira que produzem uma massa marginalizada em face do processo econômico hegemônico. Nessa disputa desigual das forças produtivas, Gonzalez (2020) constata que as condições de oportunidades em vários setores da vida social incidem em assimetrias, majoritariamente, sobre a população negra, mais especificamente, a juventude negra.

Em um país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior do que a oferta e onde existe uma divisão racial do trabalho, a situação da juventude negra é, obviamente, a do setor mais atingido pelo desemprego aberto ou disfarçado. Graças ao racismo e às suas práticas, essa juventude se encontra em situação de desvantagem em termos de educação, de trabalho e até mesmo de lazer (GONZALEZ, 2020).

Para os fins deste estudo, nos deteremos nas análises interseccionais direcionadas para a questão das juventudes do Brasil na transição escola-trabalho.

O pensamento feminista negro de Gonzalez na análise da juventude brasileira

Nesse contexto de construção epistemológica da compreensão da realidade social brasileira, Gonzalez apresenta um ponto específico que conjuga as interfaces de raça e gênero, a idade. Também mapeia a questão racial brasileira para os jovens negros, uma vez que o privilégio racial é uma marca do país, onde o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, ainda que estejamos falando de brancos pobres (GONZALEZ, 2020). Nas palavras da autora, mesmo esses, “recebem os dividendos do racismo” (p. 60). Gonzalez conclui que, no Brasil, existe uma divisão racial do trabalho, ponto fundamental quando pensamos nas análises das desigualdades que levam em conta apenas o fator classe social, tal como exposto acima. Com Gonzalez, vimos que, mais que divisão social do trabalho, essa divisão racial traz consequências profundas coletiva e individualmente para os jovens e as jovens negras, essas últimas, inclusive, que estarão ligadas às esferas de trabalho mais fragilizadas socialmente.²

Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de triplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho (GONZALEZ, 2020, p. 56).

Gonzalez ocupa então um papel singular na análise da interseccionalidade, estabelecendo um verdadeiro mirante teórico e político, um lugar de observação das coisas. Aquilo que Angela Davis vai nomear de “pensamento feminista negro brasileiro” (GONZALEZ, 2024) é produto desta construção. Sua obra, portanto, não apenas desvela as camadas de opressão que impactam mulheres negras, mas também oferece uma perspectiva privilegiada a partir da qual podemos observar as múltiplas intersecções que configuram a sociedade brasileira.

A partir de seu trabalho, Gonzalez constrói um ponto de observação estratégico que vai além de uma categorização de identidades. Sua análise é uma forma de mapear as linhas de força que operam em conjunto para moldar as experiências de mulheres negras, revelando como o racismo, o sexismo e a opressão de classe não são forças separadas, mas interconectadas, que se empilham socialmente e determinam presentes e futuros.

² Como veremos adiante na análise da pesquisa Ibero-americana com Jovens, trabalhando com cuidados ou sem trabalho e sem escola.

Gonzalez utiliza o conceito de “amefricanidade” para ilustrar como a experiência das mulheres negras no Brasil é distinta, marcada por uma história de colonização, escravidão e exclusão que se desdobra em formas específicas de resistência e criação cultural. Esse conceito não apenas reforça a ideia de uma identidade coletiva que transcende as fronteiras nacionais, mas também destaca como o racismo é vivido de maneira singular pelas mulheres negras, em comparação a outros grupos sociais. Ao trazer essa perspectiva para o centro da discussão, a autora nos coloca numa posição que nos permite ver como as condições que pesam sobre grupos específicos se conjugam construindo identidades e experiências, moldadas, em última análise, por múltiplas camadas de opressão e resistência.

Gonzalez contribui para a construção de uma análise interseccional profundamente enraizada na realidade vivida. Sua abordagem oferece ferramentas para entender como as opressões se manifestam nas vidas cotidianas e como as mulheres negras criam estratégias de sobrevivência e resistência. É a partir desse patamar que podemos ver, por exemplo, como a interseccionalidade se desdobra em contextos educacionais, no mercado de trabalho e nas políticas públicas, com destaque para as formas únicas de exclusão que afetam mulheres negras de maneira diferenciada.

A autora, portanto, não apenas antecipa a interseccionalidade como um campo de estudo, mas também nos ensina a enxergá-la a partir de um ponto elevado, onde as linhas de opressão e resistência se entrelaçam. Isso nos permite uma visão panorâmica das desigualdades e, igualmente, nos chama à ação, desafiando-nos a considerar as interconexões, a multidimensionalidade e a complexidade das experiências humanas em nossas análises. A partir da posição que Gonzalez nos oferece, podemos ver com maior clareza as injustiças que estruturam a sociedade e, também, imaginar e construir caminhos mais inclusivos e justos. Portanto, Gonzalez é uma figura central para o pensamento sobre juventude negra e interseccionalidade no Brasil, e oferece, assim, uma lente crítica essencial para analisar como as diferentes formas de opressão se entrelaçam e moldam as condições e as experiências juvenis.

A interseccionalidade em discussão

Ainda que, desde a década de 60, já tenhamos, no Brasil, com Gonzalez (como defendemos aqui) e nos Estados Unidos, com o *black feminist*,³ um conjunto de produções que já anunciam as possibilidades analíticas presentes na abordagem, a interseccionalidade se consolida como perspectiva teórico-analítica ao final da década de 1980.

Esse é um constructo teórico múltiplo, e, como abordagem analítica, nos permite compreender como diferentes condições sociais que se traduzem em formas de opressão, que afetam raça, gênero, classe e outras identidades sociais, interagem de forma simultânea. No texto que segue, buscaremos revisar brevemente a produção sobre o tema com vistas a desenhar algumas linhas de interpretação.

O conceito foi nomeado como interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw (1989), uma teórica crítica do direito, que observou que a simples consideração de um único eixo de identidade, como gênero ou raça, não era suficiente para entender as complexidades das experiências vividas por mulheres negras nos Estados Unidos. A interseccionalidade emerge como uma resposta à necessidade de compreender as experiências de sujeitos delimitados por condições específicas, a partir da sobreposição de interações e de opressões, numa abordagem que poderemos chamar de holística.

A abordagem é particularmente importante para entender as dinâmicas sociais em sociedades marcadas por profundas desigualdades, como é o caso do Brasil. Carlos Henning (2015) nos ajuda a pensar sobre a interseccionalidade como uma lente capaz de nos fazer enxergar com maior acuidade a complexidade dos cenários. Em suas próprias palavras, o estudo da interseccionalidade é “relativo às formas de entrelaçamento entre os marcadores sociais da diferença e seus potenciais decorrentes em termos de desigualdades sociais, assim como táticas de resistência” (HENNING, 2015, p. 117). Neste sentido, ao invés de tratar as desigualdades de gênero, raça e classe de maneira isolada, a interseccionalidade analisa essas questões como interligadas, empilhadas, que, uma vez abordadas de maneira conjunta, podem oferecer suportes mais sólidos para uma justiça social mais abrangente.

Metodologicamente, o conceito tem possibilitado a ampliação do estudo das desigualdades sociais (HENNING, 2015), uma vez que, em vez de focalizar uma única categoria

³ O Black Feminist refere-se ao movimento feminista negro que emergiu nos Estados Unidos durante a década de 1970, impulsionado por intelectuais e ativistas como Angela Davis, bell hooks e o coletivo Combahee River Collective. Diferente do feminismo hegemônico da época, que frequentemente negligenciava as especificidades das mulheres negras, o feminismo negro enfatizou a interseção entre raça, gênero e classe na experiência de opressão e resistência das mulheres negras. Esse movimento é considerado precursor da interseccionalidade porque já apontava a necessidade de uma abordagem que articulasse múltiplas formas de opressão simultaneamente, antecipando debates que seriam sistematizados por Crenshaw no final da década de 1980.

de análise, busca capturar a complexidade das experiências humanas, reconhecendo que a identidade é multidimensional e que as estruturas de poder operam de maneiras interconectadas.

Para compreendermos quais são as abordagens acerca do tema no Brasil, pesquisamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Para isso, utilizamos o descritor “interseccionalidade” e aplicamos os filtros das grandes áreas de Ciências Humanas e das áreas de conhecimento Sociologia e Educação. Também pesquisamos a base de dados internacional ERIC com o descritor “Intersectionality”.⁴

No Brasil, no âmbito deste recorte sintético, a abordagem interseccional visita temas clássicos da pesquisa social brasileira, usando-a com o fito de ampliar as abordagens, o que torna mais complexa a sua compreensão. Desta forma, o tema do trabalho é abordado, na perspectiva interseccional, a partir de chaves de leitura bastante frequentes sobre o tema. Aqui, o trabalho é tratado a partir das formas com que se organiza e a partir dos modos de vida que delimita. Território, sob a égide da interseccionalidade, é abordado de acordo com perspectivas também comuns ao tratamento tradicional da temática, e também a partir de interpretações bastante presentes na literatura, tais como o direito à cidade, e as possibilidades e mecanismos de sua ocupação e apropriação. Subjetividade e gênero são temas discutidos na chave das identidades, na perspectiva interseccional, e nos temas que abordam escolarização e educação, a interseccionalidade é formulada sob a égide dos estudos de currículo.

No Brasil, portanto, as teses e dissertações, nos últimos dez anos, usaram a abordagem interseccional para jogar nova luz sobre temas já clássicos no conjunto de nossas produções recentes.

Nos estudos internacionais, com grande predominância daqueles advindos dos EUA, a maneira com que a interseccionalidade é tratada é muito diferente daquela que descrevemos para o Brasil. E eles divergem no conjunto das temáticas abordadas e no tratamento dado à ferramenta interseccional. O tema das experiências universitárias, por exemplo, aborda as vivências de mulheres nas universidades, a partir de uma variedade de aspectos: currículo, esportes, inovação, trajetórias acadêmicas, pós-graduação e ensino são alguns deles, trabalhados a partir do tema, nestas produções. Já nos estudos sobre escola, escolarização e educação, a chave da interseccionalidade permite o desenho de investigações que abordam aspectos essenciais das práticas escolares e educativas, tais como os das metodologias educativas, os modelos de ensino e o currículo. Naquilo que se refere ao tema das identidades e subjetividades, os trabalhos usam a questão da liderança como eixo de suas análises, abrindo, com isso, importantes debates sobre o tema. A formação de lideranças comunitárias e a liderança feminina negra são alguns dos objetos que emergem nesta perspectiva.

Nas duas tabelas abaixo, são identificados os temas e o número de trabalhos encontrados para cada um:

Tabela 1 – Subcategorias temáticas e número de trabalhos do BTB da Capes (Brasil)

Subcategorias	Número de trabalhos
Trabalho	9
Território	5
Identidades/Subjetividades	5
Grupos etários	4
Escolarização/escola/educação	4

Fonte: Banco de Teses da Capes.

#PraTodoMundoVer Tabela com o título Subcategorias temáticas e número de trabalhos do BTB da Capes (Brasil). A tabela possui duas colunas: a primeira indica as subcategorias temáticas analisadas e a segunda apresenta a quantidade de trabalhos relacionados a cada uma. As subcategorias listadas são: Trabalho, com 9 trabalhos, Território, com 5, Identidades/Subjetividades, com 5, Grupos etários, com 4, e Escolarização/escola/educação, com 4 trabalhos.

⁴ No banco da CAPES encontramos 48 trabalhos, sendo 33 dissertações e 15 teses produzidos nos últimos 10 anos. A análise desses trabalhos revelou que a produção científica é mais expressiva na área de Educação. Organizamos esses 48 trabalhos em seis grupos temáticos, onde identificamos uma predominância significativa da categoria “Feminismo/mulher/gênero feminino”, que representa 79% de toda a produção científica brasileira nas áreas delimitadas. Dentro dessa categoria, identificamos dez subcategorias temáticas, sendo “Trabalho” a mais recorrente, seguida por “Território” e “Subjetividades e gênero”. Na Plataforma Eric obtivemos 626 resultados, dos quais 36 foram selecionados após aplicar filtros temáticos similares aos usados na base brasileira. Após análise, reduzimos as 17 categorias temáticas iniciais para 10, permitindo uma comparação mais precisa entre as produções científicas brasileiras e internacionais.

Tabela 2 – Subcategorias e número de trabalhos na base ERIC (Internacional)

Subcategorias	Número de trabalhos
Experiências universitárias	11
Escola/escolarização/educação	8
Identidades/Subjetividades	4
Liderança	4

Fonte: Banco de Teses da Capes.

#PraTodoMundoVer Tabela com o título Subcategorias e número de trabalhos na base ERIC (Internacional). Possui duas colunas: a primeira indica as subcategorias temáticas analisadas e a segunda apresenta a quantidade de trabalhos relacionados a cada uma. As subcategorias listadas são: Experiências universitárias, com 11 trabalhos, Escola/escolarização/educação, com 8, Identidades/Subjetividades, com 4, e Liderança, com 4 trabalhos.

As tabelas 1 e 2 apresentam subcategorias temáticas e a produção acadêmica associada ao Banco de Teses e Dissertações (BTD) da Capes (Brasil) e à base ERIC (Internacional). Na **Tabela 1**, a subcategoria Trabalho reúne nove estudos, com autores como Edilene Pereira (2015), Sandro Araújo (2016), Maria Euclides (2017), Maria Ferreira (2017), Daniele Motta (2017), Thaysa Rodrigues (2018), Fernanda Souza (2018), Isabel Vargas (2019) e Laise da Silva (2019). Território inclui Thais Alves (2018), Elis dos Santos (2018), Nícia Souza (2018), Sulamita da Silva (2019) e Priscila Susin (2019). Em Identidades/Subjetividades e Grupos etários, destacam-se Karla Barbosa (2016), Barbara Assunção (2017), Juliana Coelho (2018), Vivian Nery (2018), Flávia Silva (2018), Fernanda Jesus (2015), Fernanda Arispe (2016), Ellen Cintra (2018) e Luciano Corsino (2019). Escolarização/escola/educação é subcategoria contemplada com pesquisas de Cintia Patti (2015), Ferreira (2017), Mighian Ferreira Nunes (2017) e Leila Bizarria (2019), evidenciando temas como interseccionalidade e desigualdades no contexto brasileiro.

Na **Tabela 2**, a base ERIC prioriza Experiências universitárias (11 trabalhos), com Aaronette White (2011), Martha Rivas (2012), Bert Maria Cueva (2013), Chris Linder (2015), Hyun Ro e Karla Loya (2015), Angela Johnson (2017), Shawanda Stockfelt (2018), Giulia Zampini *et al.* (2019), Bianca Ockimey (2019), Chayla Haynes *et al.* (2020) e Janelle Harris (2020). Escola/escolarização/educação abrange Maria Tamboukou (2006), White (2011), Gada Mahrouse (2016), Annette Stride (2016), Erika Bullock (2018), Teresa Lleixà e Carolina Nieva (2020), Karen McPherson (2020) e Amanda Vickery e Cinthia Salinas (2019). Em Identidades/Subjetividades e Liderança, aparecem Kathleen Slevin (2010), Linder (2015), Holly Angelique e Anne Mulvey (2012), Brandon Fox e Lisa Zagumny (2017), Sonya Horsford (2012), Ericka Roland e Vonzell Agosto (2017) e Lleixà e Nieva (2020). Com isso, já é possível notar que, para além das temáticas centrais, há ainda outras diferenças importantes entre os estudos internacionais (de predominância estadunidense) e aqueles de origem nacional. Essa diferença, pensamos, tem a ver com o uso que se faz da perspectiva interseccional no âmbito da construção dos problemas de pesquisa.

A análise comparativa revela a ênfase internacional da ERIC em liderança e vivências acadêmicas, enquanto o BTD/Capes concentra-se em discussões locais, como território e interseccionalidade, com destaque para pesquisas sobre raça, gênero e educação. Nos estudos internacionais, a perspectiva interseccional se desenha, para cada temática, a partir de questões que se realizam como síntese entre os temas consolidados e a nova abordagem, a partir do que nomeamos aqui como temas mediadores, cujos produtos se apresentam como novas temáticas analíticas. Experiências universitárias, metodologias educativas, currículo, liderança, são alguns deles.

Já no caso do Brasil, os estudos citados não chegam a usar a abordagem interseccional para criar problemas de pesquisa, mas para ampliar, complexificar problemáticas tradicionais e consolidadas, capturando-as sob nova perspectiva.

Não fugiremos à tradição brasileira. Como na tendência detectada nas produções nacionais, usaremos a abordagem interseccional para realizarmos a análise de aspectos da inserção social de jovens brasileiros, a partir da inspiração nas postulações presentes na obra de Gonzalez.

A autora argumentava que a identidade das mulheres negras no Brasil está profundamente ligada à sua história de resistência contra a escravidão e o colonialismo. Ela via a “amefricanidade” como uma forma de resistir às imposições culturais e sociais que tentavam apagar a identidade negra. Essa resistência, segundo Gonzalez, era interseccional, pois envolvia uma luta contra múltiplas formas de opressão simultaneamente. Além disso, não é possível desprezar o relevo que a autora dá ao trabalho em suas formulações. Portanto, se, como nos alerta a autora, a divisão racial do trabalho é um pilar quando pensamos em juventude negra trabalhadora, especialmente naquilo que se refere às jovens negras, como nos respondem os dados da pesquisa, quando tomamos as jovens negras como ponto central de nossa observação, e o trabalho como eixo central de nossa análise?

No contexto dos estudos da juventude, como na Pesquisa Ibero-americana com Jovens, a interseccionalidade é uma ferramenta crucial para entender como os jovens brasileiros, especialmente os jovens negros, navegam suas trajetórias educacionais e laborais.

Trabalhamos com o pressuposto de que, num país desigual como o Brasil, que só muito recentemente conseguiu universalizar o acesso à educação básica, e que ainda mais recentemente ampliou as possibilidades de ingresso na Universidade; nesse país, onde o trabalho regulamentado é escasso, e a cobertura das proteções sociais abarca apenas uma porção da população, o estudo dos modos de transição escola-trabalho dos jovens permite a ampliação da compreensão dos complexos modos de integração social.

A base de dados da Pesquisa sobre as juventudes ibero-americanas, em seu tópico sobre Escola e Trabalho, parte de um *survey* aplicado a uma fração da população dos jovens brasileiros, e permitiu, pelo rigor com que foi construída a amostra, o teste de algumas hipóteses acerca do estudo das transições juvenis.

Assim, tomando como pressuposto a ideia de que as formas de correlação entre escola e trabalho durante a juventude possibilita-nos projetar as possíveis (e desiguais) formas de inserção social em relação ao conjunto da população, podemos formular algumas hipóteses de trabalho.

Em primeiro lugar, se as desigualdades sociais variam em termos de clivagens para além da classe, abarcando também raça, gênero, e outras tais como território, região de origem etc., então, é importante que analisemos os modos de integração a partir destes parâmetros, separada e combinadamente, tal como Gonzalez evidenciou ao discorrer sobre a intersecção entre raça e trabalho e a constatação da divisão racial do trabalho existente no Brasil.

Em segundo lugar, se, como nos alerta Robert Castel (2010), nos países capitalistas ocidentais, as (variadas) formas de integração social correspondem (a também variados) modos de proteção e oferta de suportes sociais, então, compreender as condições com que os jovens brasileiros realizam a transição entre escola e trabalho, compreender, mais especificamente, a permeabilidade destas instituições aos variados conjuntos de jovens, significa podermos projetar os efeitos deixados pelas instituições nas possibilidades de integração social desses conjuntos (acesso a maiores ou menores conjuntos de direitos, mais ou menos proteções sociais, suportes sociais mais ou menos acessíveis, possibilidades mais ou menos sólidas de projetar futuro e carreira).

A interseccionalidade, a partir do mirante que Gonzalez construiu para nós, tem sido uma ferramenta central nesta formulação, porque permite que, por meio dela, sejam captadas as complexidades que marcam as condições de vida desses jovens, condições essas que fundamentam as experiências sociais que acumulam e as expectativas sociais que constroem. Neste sentido, o estudo das condições juvenis de integração social configura-se como uma chave de leitura para a sociedade brasileira e a interseccionalidade como uma ferramenta fundamental para compreensão do caráter complexo de sua desigualdade.

A pesquisa ibero-americana com jovens: juventudes no Brasil

A investigação usou como base um *survey* aplicado pelo Instituto Santa Maria, localizado em Madrid, e realizado em nove países. Seu relatório final, publicado em 2021, explorou as realidades e as percepções dos jovens brasileiros em diversas dimensões, incluindo participação social, perspectivas de futuro, valores, religião, migração, diversidade, equidade de gênero, cultura e lazer, estudo e trabalho, tecnologia, hábitos de consumo, medos e preocupações (Paulo CARRANO, 2021).

A metodologia para a composição da amostra em cada país foi desenvolvida pela empresa chilena *Corpa Estudios de Mercado*. No Brasil, a amostragem cobriu todo o território nacional, englobando as regiões metropolitanas das cinco regiões oficiais do país. Os critérios de amostragem incluíram as variáveis sexo (mulheres e homens), faixa etária (15 a 29 anos), local de residência (urbano e rural) e os grupos socioeconômicos (GSE). A pesquisa foi conduzida com uma margem de erro de 2,33% e um nível de confiança de 95%, utilizando uma amostra de 1.740 jovens brasileiros.

Com base no universo amostral e nos objetivos deste artigo, foram selecionadas para análise as seguintes variáveis: idade (15 a 29 anos), sexo, grupo socioeconômico e cor da pele, a fim de compreender a estratificação institucional do grupo estudado, ou seja, seu engajamento com escola e trabalho.⁵

⁵ Para viabilizar a análise de dados, foram necessários agrupamentos de categorias presentes na pesquisa original buscando construir o que até agora conseguimos apenas pela teoria: a interseccionalidade como método de trabalho na pesquisa quantitativa. Nesse sentido, cruzamos as variáveis pelo conjunto das opções de resposta dos jovens brasileiros acerca da questão: ocupação principal. A variável idade foi subdividida em quatro faixas etárias: 15 a 17 anos, 18 a 20 anos, 21 a 24 anos, e 25 a 29 anos. A variável sexo foi analisada com base nos grupos de mulheres e homens. Para a variável cor da pele, foram consideradas as categorias de brancos, pretos e pardos, maioria em autodeclaração. Em relação à variável GSE, foram avaliados os grupos socioeconômicos alto/médio alto, médio, médio/baixo, baixo e extrema pobreza, mas, para fins de agrupamento, mantivemos a faixa alto/médio alto, unimos as faixas médio e médio/baixo e a chamamos de médio e unimos as faixas baixo e pobreza e chamamos de baixo. Logo, trabalhamos apenas com alto, médio e baixo.

O objetivo do cruzamento de dados foi correlacionar as clivagens de sexo, raça, GSE e idade sobre sua vinculação institucional, por meio da análise da questão ocupação principal. Propomos aqui a construção dos perfis dos sujeitos. Nesse cenário, a cor, o sexo e a classe social determinariam quem estuda, quem trabalha, que tipo de trabalho e quem combina os dois vínculos.

Como produto dos cruzamentos foram construídos 72 grupos de jovens com base nas correlações de sexo, cor da pele, GSE e faixa etária, buscando estabelecer um mapeamento dos tipos e modos de engajamento com estudo e trabalho, a partir das respostas à questão “ocupação principal”. O item do questionário oferecia nove opções de resposta: 1. Apenas estudo; 2. Principalmente estudo e faço algum trabalho; 3. Principalmente trabalho e também estudo; 4. Trabalho; 5. Estou buscando ativamente trabalho; 6. Não estudo e nem trabalho; 7. Principalmente cuido de outros; 8. Dono(a) de casa; e 9. Outras.

Para viabilizarmos a análise, reorganizamos a estrutura das nove opções de resposta em cinco. Para isso, mantivemos a categoria original para aqueles que apenas estudavam; unimos “Principalmente estudo e faço algum trabalho” com “Principalmente trabalho e também estudo” sob o rótulo “estuda e trabalha”; agrupamos “Trabalho” com “Estou buscando ativamente trabalho”, classificados sob a resposta “trabalho”;⁶ preservamos a categoria “Não estudo e nem trabalho”, e combinamos “Principalmente cuido de outros”, “Dono(a) de casa” e outras em um grupo de “cuidados”.⁷

Ao cruzarmos os dados, a partir da metodologia bourdieusiana de Análise de Correspondência Múltipla (ACM), chegamos aos perfis.⁸ Neles, percebemos que as variações em termos de vinculação institucional (na escola e no trabalho) alcançavam um espectro que ia de um extremo com maior acesso às instituições (homens, brancos, classe alta, 25 a 29 anos, predominantemente vinculados ao trabalho) até o outro, com menor acesso às instituições (mulheres, pretas, classe baixa, 21 a 24 anos, com vínculos institucionais mais precários). Em um universo de 72 grupos, selecionamos 12 que representassem possibilidades de contraste na análise dos vínculos de ocupação dos jovens brasileiros, mas, antes, tivemos que determinar qual seria o grupo de controle, ou seja, o grupo que funcionaria como referência de comparabilidade com os demais. Elegemos aquele que demonstrava maior fragilidade nos vínculos institucionais estabelecidos: mulheres, pretas, de 21 a 24 anos, da classe baixa.

Aqui, trabalhamos com categorias interligadas que remetem ao conceito de *Standpoint*, ou ponto de vista, especificamente no contexto da mulher negra, como argumentado por Patricia Hill Collins (2019).⁹ A autora defende que esse ponto de vista, historicamente marginalizado, oferece uma perspectiva privilegiada, pois se posiciona na periferia da análise social. Assim, a mulher negra, enquanto grupo menos vinculado com as instituições escola e trabalho, experimentaria as mudanças sociais após outros grupos já terem se movimentado, oferecendo uma visão mais ampla e crítica da sociedade como um todo.

Observar esse grupo, portanto, não significa enxergá-lo como um grupo isolado, mas como uma chave para entender uma rede complexa de relações sociais que atravessa e estrutura diferentes contextos. Essas relações não podem ser analisadas apenas como categorias organizadas em conjunto, mas como interações sociais singulares, marcadas por signos igualmente específicos e cruciais para a compreensão das dinâmicas sociais.

Como destaca Helena Hirata (2016), essa perspectiva marginalizada atua também como um “ponto de vista situado”, fornecendo uma posição estratégica para a análise das relações sociais, ao tornar visíveis estruturas e interações que outras perspectivas podem ignorar.

⁶ Com base na referência de Corrochano (2008), que argumenta que a busca ativa por emprego pode ser considerada uma forma de trabalho, especialmente no contexto brasileiro (CORROCHANO, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo*. 2008. Doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. DOI: 10.11606/T.48.2008.tde-06042009-102813. Acesso em 2/10/2024).

⁷ As nove opções iniciais foram reestruturadas em cinco categorias principais: 1. só estuda, 2. só trabalha, 3. estuda e trabalha, 4. não estuda e nem trabalha, e, 5. cuidados. Os dados gerais de cada grupo foram analisados e apresentados com seus percentuais, revelando a distribuição das cinco categorias de ocupação entre os jovens.

⁸ Na obra *La Distinction* (Pierre Bourdieu, 1979), o autor utiliza a Análise de Correspondência (AC) e a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) para construir uma planificação das posições no espaço social, baseada em uma pesquisa quantitativa que amplia o entendimento da realidade social. Esse método geométrico de análise de dados permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais. Em *Espaço Social... e Poder Simbólico* (BOURDIEU, 1990), o autor refina essa proposta, apresentando um modelo sociológico durante uma conferência em San Diego, em 1986. Baseando-se nesse constructo bourdieusiano, aplicamos a ACM para tratar os 72 grupos analisados no presente estudo (BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e poder simbólico”. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-169; BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979).

⁹ É válido ressaltar que o uso metodológico da interseccionalidade não remete apenas ao somatório das categorias de opressões, mas, sim, a uma ferramenta analítica que permite a compreensão da complexidade das desigualdades sociais para além da classe.

Resultados dos efeitos dos cruzamentos

A fixação do *Standpoint* (mulher, preta, classe baixa, com 21-24 anos) permite conhecermos as variações alcançadas nas demais posições, e, por semelhança e/ou por contraste, captarmos aspectos não percebidos do conjunto das posições e do *Standpoint*.

No “efeito idade”, o grupo de mulheres pretas, de classe baixa, entre 21 e 24 anos, é o mais vulnerável do conjunto. Entre elas, 80% não estudam e nem trabalham. Esse dado contrasta com os grupos mais jovens (15 a 17 anos) que ainda possuem forte vínculo escolar, mas à medida que envelhecem e saem da idade prevista de escolarização obrigatória no Brasil, especialmente no intervalo de 18 a 24 anos, o número de mulheres que mantêm vinculação com estudos ou trabalho diminui drasticamente. Dos 25 aos 29, a vinculação se estabelece com mais força por meio do trabalho, mas não necessariamente de um trabalho com proteções sociais. A análise destaca que o tipo de trabalho – sobretudo trabalhos precarizados – influencia a continuidade ou o abandono escolar para as jovens pretas.

No “efeito raça”, observa-se que mulheres pretas de 21 a 24 anos (grupo 57) são as que, como já apontamos, possuem menos vínculos institucionais (80%). Em contraste, as mulheres brancas de mesma idade e classe social (grupo 45) têm uma maior inserção no trabalho (60%) e também maior engajamento nos estudos (15%). As mulheres pardas, por sua vez, apresentam um perfil intermediário, com maior envolvimento em trabalhos de cuidado (45%) e uma proporção mais equilibrada entre trabalho e estudos. Também esse efeito revela uma gradação de vínculos institucionais, com mulheres brancas no topo e mulheres pretas na base da pirâmide das ancoragens institucionais. De uma maneira geral, no caso dessa pesquisa, pardos acompanham os brancos com relação a muitos marcadores sociais de trabalho e educação, apresentando, porém, sinais de maior agravio em relação às vulnerabilidades sociais.

Quanto ao “efeito sexo”, a análise entre homens e mulheres de classe baixa, com idades entre 21 e 24 anos, destaca que homens pretos (grupo 21) estão ancorados no trabalho, embora majoritariamente em busca ativa por emprego. Enquanto isso, as mulheres pretas da mesma faixa etária e classe (grupo 57) possuem menor ancoragem institucional, com 80% sem vínculos de estudo ou trabalho, como já foi apontado.

No “efeito classe social”, as mulheres de classe alta possuem maior facilidade de engajamento institucional, enquanto as de classe baixa enfrentam grandes barreiras neste sentido. Mas é muito importante destacar que as mulheres pretas de classe média (grupo 56), por exemplo, compartilham algumas das dificuldades enfrentadas pelas de classe baixa, com 42% não estudando nem trabalhando, o que evidencia que o efeito raça e sexo pode transcender a própria classe social. Por outro lado, mulheres brancas de classe alta têm maior possibilidade de combinar estudos e trabalho, estando no extremo oposto da posição do grupo 57.

Esses efeitos demonstram que os grupos de mulheres mais vulneráveis, especialmente as pretas e pobres, não estão engajados com vínculos das instituições de estudo e trabalho, ocupando assim posições periféricas na sociedade, pois são frágeis os laços com as principais instituições modernas da vida social para jovens. Vimos ainda que a variação de engajamento institucional existe apenas para mulheres. Homens estão vinculados, de modo geral, ao trabalho, ainda que não seja especificado que tipo de trabalho.

Conclusão

Nesse estudo, intencionamos trabalhar com a aplicação do conceito de interseccionalidade, a partir das contribuições de Gonzalez, e essa operação trouxe novas chaves de interpretação para os estudos sobre juventudes no Brasil, especialmente ao examinar os perfis de jovens negros e negras no seu engajamento institucional com a educação e com o trabalho.

A intersecção de raça, gênero, classe e idade nos dados do Brasil na Pesquisa Ibero-americana com jovens revelou: 1) a variação dos engajamentos com as ocupações se dão apenas com as mulheres, já que homens, em geral, estão vinculados ao trabalho como ocupação, ainda que a marcação de raça diferencie os tipos de trabalho, separando trabalho como exercício laboral de trabalho como busca por emprego, caso dos jovens pretos; 2) a atestação de Gonzalez sobre a especificidade do Brasil na divisão social do trabalho, sendo mais bem nomeada como divisão racial do trabalho, mostra contornos nítidos na pesquisa com a categoria raça atuando como determinante com relação aos engajamentos institucionais com a escola e com o trabalho; 3) a fragilidade dos vínculos institucionais das jovens negras, especialmente na faixa de 21 a 24 anos, mostrando que 80% delas não estão estudando ou trabalhando e sendo este grupo específico aquele que tomamos como referência para a análise.

Nessa linha, mais que refletir sobre como a precariedade das relações de trabalho para as mulheres negras influencia a continuidade dos estudos, exacerbando as desigualdades educacionais e sociais, é necessária uma agenda de políticas públicas de abordagem social e educacional para mulheres pretas, como nos mostrou Gonzalez, que foi ratificada pelos dados

interseccionados da pesquisa aqui aprofundada pois, embora a educação ainda funcione como espaço de reprodução de desigualdades, ela também tem potencial para ser uma arena de resistência quando adequadamente apoiada por políticas públicas inclusivas.

A proposta aqui em questão aponta para que os achados do estudo podem, em grande sentido, ser extrapolados para outras populações em contextos de desigualdade no Brasil e na América Latina, dado que as dinâmicas de opressão observadas não são exclusivas da juventude negra brasileira, mas fazem parte de um fenômeno interseccional e de demandas atuais da humanidade, essencialmente por se localizar nas disputas sobre as desigualdades e as diferenças.

Em síntese, a aproximação entre a abordagem interseccional e as contribuições da teoria social de Gonzalez produziu uma ferramenta analítica que complexificou nossas análises sobre as juventudes, e expandiu nossa possibilidade de captar as desigualdades sociais. Ao reconhecer a importância das intersecções entre raça, gênero, classe e idade, abre-se espaço para uma compreensão mais abrangente e inclusiva das políticas educacionais e das trajetórias de jovens em contextos de vulnerabilidade.

Referências

ALVES, Thais da Rosa. *Entre a política e o movimento: as concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da polícia*. 2018. 114f. Mestrado em Ciências Sociais – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

ANGELIQUE, Holly; MULVEY, Anne. "Feminist Community Psychology: The Dynamic Co-Creation of Identities in Multilayered Contexts". *Journal of Community Psychology*, v. 40, n. 1, 2012. DOI: 10.1002/jcop.20515. Acesso em 20/08/2023.

ARAÚJO, Sandro Marcos Castro de. *Cuidado e gênero entre cuidadoras de pessoas com a enfermidade de Alzheimer*. 2016. 293f. Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

ARISPE, Fernanda Nunes da Silva. *Reinventando horizontes: uma análise socioantropológica do processo de proposição do projeto de vida de jovens negras de Santa Maria*. 2016. 149f. Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

ASSUNÇÃO, Barbara Damasceno. *A experiência do consumo abusivo de álcool por mulheres: o caso de Linda*. 2017. Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, BA, Brasil.

BARBOSA, Karla Maria da Silva. *Feminismo e Emancipação Feminina: um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba*. 2016. 113f. Mestrado em Sociologia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

BIZARRIA, Leila Rodrigues Oliveira de Lima. *Aventura das classes educadoras: interseccionalidade, hegemonia e processos extraescolares em um bairro operário da cidade do Rio de Janeiro*. 2019. 135f. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

BULLOCK, Erika C. "Intersectional Analysis in Critical Mathematics Education Research: A Response to Figure Hiding". *Review of Research in Education*, v. 42, n. 1, 2018. DOI: 10.3102/0091732X18759039. Acesso em 20/08/2023.

CARRANO, Paulo (Org.). *Pesquisa Juventudes no Brasil*. São Paulo: Fundação SM, 2021.

CASTEL, Robert. "El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo". *Cuadernos de Trabajo Social*, v. 24, 2010.

CINTRA, Ellen Daiane. *Jovens negras no Ensino Médio público e privado no DF: um estudo comparado e interseccional sobre suas vivências e percepções do racismo*. 2018. 217f. Mestrado em Educação – Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

COELHO, Juliana Frota da Justa. *Somos todxs estrelas pornô?: a produção de subjetividades-vitrine no Cine Majestik (Fortaleza/CE)*. 2018. Doutorado em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORSINO, Luciano Nascimento. *Juventude negra e cotidiano escolar: uma abordagem etnográfica no Ensino Médio*. 2019. 246f. Doutorado em Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

CRENSHAW, Kimberlé W. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-167, 1989.

CUEVA, Bert Maria. *Theorizing the racial and gendered educational experiences of chicanas and Native American women at the PH.D. level in Higher Education: "Testimonios" of Resistance, Defiance, Survival, and Hope*. 2013. Doctoral – UCLA, University of California, Los Angeles, CA, USA.

EUCLIDES, Maria Simone. *Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas*. 2017. 254f. Doutorado em Educação – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

FERREIRA NUNES, Mighian Danae. *Mandingas da infância: as culturas das crianças pequenas na escola municipal Malê Debalê, em Salvador (BA)*. 2017. Doutorado em Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

FERREIRA, Maria José de Resende. *Interdições e resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT*. 2017. 285f. Doutorado em Educação – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

FOX, Brandon L.; ZAGUMNY, Lisa. "Organizational Approaches to Addressing Machismo and Sexuality in Cuba". *Journal of Ethnographic & Qualitative Research*, v. 12, n. 2, p. 97-109, 2017.

GONZALEZ, Lélia. "A juventude negra brasileira e a questão do desemprego". In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020. p. 45-48.

GONZALEZ, Lélia. *Festas populares no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

HARRIS, Janelle C. "Women of color undergraduate students' experiences with campus sexual assault: an intersectional analysis". *Review of Higher Education*, v. 44, n. 1, p. 1-30, 2020. DOI: 10.1353/rhe.2020.0033. Acesso em 20/08/2023.

HAYNES, Chayla; JOSEPH, Nicole M.; PATTON, Lori D.; STEWART, Saran; ALLEN, Evette. "Toward an understanding of intersectionality methodology: a 30-year literature synthesis of black women's experiences in Higher Education". *Review of Educational Research*, v. 90, n. 6, 2020. DOI: 10.3102/0034654320946822. Acesso em 20/08/2023.

HENNING, Carlos E. "Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença". *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HIRATA, Helena. "Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 46, p. 151-163, 2016.

HORSFORD, Sonya D. "This bridge called my leadership: an essay on black women as bridge leaders in education". *International Journal of Qualitative Studies in Education*, v. 25, n. 1, p. 11-22, 2012. DOI: 10.1080/09518398.2011.647726. Acesso em 20/08/2023.

JESUS, Fernanda Ferreira de. *Desigualdades de gênero e intragênero: um estudo acerca das representações sociais do envelhecimento*. 2015. 170f. Mestrado em Ciências Sociais – Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA, Brasil.

JOHNSON, Angela. "Fulfilling the Promise of Equal Opportunity for Women in Physics, Math, and Computer Science". In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION, 2017, San Antonio (TX). [2017 Annual Meeting Papers]. San Antonio, TX, Apr 27-May 1, 2017. Disponível em <https://www.aera.net/Publications/Online-Paper-Repository/AERA-Online-Paper-Repository>. Acesso em 20/08/2023.

LINDER, Chris. "Navigating Guilt, shame, and fear of appearing racist: a conceptual model of antiracist white feminist identity development". *Journal of College Student Development*, v. 56, n. 6, 2015. Disponível em <http://muse.jhu.edu/journals/csd/summary/v056/56.6.linder.html>. Acesso em 20/08/2023.

LLEIXÀ, Teresa; NIEVA, Carolina. "The Social Inclusion of Immigrant Girls In And Through Physical Education. Perceptions and Decisions of Physical Education teachers". *Sport, Education and Society*, v. 25, n. 2, p. 185-198, 2020. DOI: 10.1080/13573322.2018.1563882. Acesso em 20/08/2024.

MAHROUSE, Gada. "Teaching intersectional and transnational feminisms through fiction and film". *Feminist teacher*, v. 26, n. 2-3, p. 233-239, 2016. DOI: 10.5406/femteacher.26.2-3.0233. Acesso em 20/08/2024.

McPHERSON, Karen. "Black girls are not magic; they are human: Intersectionality and inequity in the Greater Toronto Area (GTA) schools". *Curriculum Inquiry*, v. 50, n. 2, p. 149-167, 2020. DOI: 10.1080/03626784.2020.1729660. Acesso em 20/08/2024.

MOTTA, Daniele Cordeiro. *Desvendando nó: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do estado de São Paulo*. 2017. 197f. Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

NERY, Vivian Carla Reis. *Espetáculos per{formáticos} abalam as fronteiras da cidade sub (Versiva)*. 2018. 114f. Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil.

NZINGA – COLETIVO DE MULHERES NEGRAS. *Carta-denúncia*, 1984.

OCKIMEY, Bianca. *Black girl magic: exploring and understanding the academic and athletic experiences of black female student athletes at predominantly white division I universities*. 2019. Doctor of Education – The Temple University Graduate Board, United States. Disponível em http://gateway.proquest.com/openurl?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:dissertation&res_dat=xri:pqm&rft_dat=xri:pqdiss:13863133. Acesso em 20/08/2023.

PATTI, Cintia Isabel. *Além dos muros da escola: um estudo sobre educação popular e o projeto Promotoras Legais Populares de Campinas (SP)*. 2015. 226f. Mestrado em Educação – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

PEREIRA, Edilene Machado. *A vivência de mulheres em cargos executivos em grandes empresas: uma análise interseccional das desigualdades de gênero e de Raça*. 2015. 257f. Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, Brasil.

RIOS, Flávia; KLEIN, Stefan. "Lélia Gonzalez, uma teórica do social". *Sociedade e Estado*, v. 37, n. 03, p. 809-833, 2022. DOI: 10.1590/s0102-6992-202237030003. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44179>. Acesso em 02/10/2024.

RIVAS, Martha Alicia. *Soulfully Resistant transferistas: understanding the Chicana Transfer Experience from community college and into the doctorate*. 2012. Doctor of Philosophy in Education – University of California, Los Angeles, CA, EUA. Disponível em http://gateway.proquest.com/openurl?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:dissertation&res_dat=xri:pqm&rft_dat=xri:pqdiss:3516296. Acesso em 20/08/2023.

RO, Hyun Kyoung; LOYA, Karla I. "The effect of gender and race intersectionality on student learning outcomes in engineering". *Review of Higher Education*, v. 38, n. 3, 2015. DOI: 10.1353/rhe.2015.0014. Acesso em 20/08/2023.

RODRIGUES, Thaysa Andréia de Miranda. *Migração e trabalho doméstico: trajetórias laborais de mulheres latino-americanas na Espanha*. 2018. 157f. Mestrado em Sociologia – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

ROLAND, Ericka; AGOSTO, Vonzell. "Black women resident assistants: seeking and serving as bridges, mentors, advisors, filters, and community builders". *NASPA Journal About Women in Higher Education*, v. 10, n. 2, p. 186-201, 2017. DOI: 10.1080/19407882.2017.1331855. Acesso em 20/08/2023.

SANTOS, Elis Souza dos. *"Hoje a cria não veio!": mães adolescentes negras e projetos de vida no contexto escolar*. 2018. 155f. Mestrado em Educação e Contemporaneidade – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

SILVA, Flávia da Cunha. *"Tatuagem feminina": subjetividade, interseccionalidade e diferenciação*. 2018. 89f. Mestrado em Ciências Sociais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

SILVA, Laise Maria da. *Às margens do esquecimento: análise dos discursos sobre os/as negros/as nos itinerários turísticos em Penedo/AL*. 2019. 170f. Mestrado em Sociologia – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, ES, Brasil.

SILVA, Sulamita Rosa da. *Trajetórias de professoras negras dos cursos de formação de professores da UFAC/Campus Rio Branco*. 2019. 229f. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil.

SLEVIN, Kathleen F. “‘If I had lots of money... I’d have a body makeover’: managing the aging body”. *Social Forces*, v. 88, n. 3, p. 1003-1020, 2010. DOI: 10.1353/sof.0.0302. Acesso em 20/08/2023.

SOUZA, Fernanda Aparecida de. *A participação de pesquisadoras negras de programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFMG na produção do conhecimento científico*. 2018. 139f. Mestrado em Educação – Centro Federal de Educação Técnica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

SOUZA, Nícia Raies Moreira de. *Jogo de cartas marcadas: segregação ocupacional por gênero no Brasil urbano*. 2018. 220f. Doutorado em Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

STOCKFELT, Shawanda. “We the Minority-of-Minorities: a narrative inquiry of black female academics in the United Kingdom”. *British Journal of Sociology of Education*, v. 39, n. 7, p. 1012-1029, 2018. DOI: 10.1080/01425692.2018.1454297. Acesso em 20/08/2023.

STRIDE, Annette. “Centralising space: the Physical Education and physical activity experiences of South Asian, Muslim girls”. *Sport, Education and Society*, v. 21, n. 5, p. 677-697, 2016. DOI: 10.1080/13573322.2014.938622. Acesso em 20/08/2023.

SUSIN, Priscila Queirolo. *Mulheres e habitação em Porto Alegre: a luta por moradia urbana sob enfoque interpretativo e biográfico*. 2019. 311f. Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

TAMBOUKOU, Maria. “Power, desire and emotions in education: revisiting the epistolary narratives of three women in Apartheid South Africa”. *Gender and Education*, v. 18, n. 3, p. 233-252, 2006. DOI: 10.1080/09540250600667736. Acesso em 20/08/2023.

VARGAS, Isabel Cristina de. *Os efeitos do cruzamento de gênero, raça e classe na vida de trabalhadoras de um empreendimento de reciclagem: uma leitura através da interseccionalidade*. 2019. 102f. Mestrado em Ciências Sociais – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

VICKERY, Amanda E.; SALINAS, Cinthia S. “‘I question America.... is this America?’ Learning to view the Civil Rights Movement through an intersectional lens”. *Curriculum Inquiry*, v. 49, n. 3, p. 260-283, 2019. DOI: 10.1080/03626784.2019.1614878. Acesso em 20/08/2024.

WHITE, Aaronette M. “Unpacking Black Feminist Pedagogy in Ethiopia”. *Feminist teacher*, v. 21, n. 3, p. 195-211, 2011. DOI: 10.5406/femteacher.21.3.0195. Acesso em 20/08/2024.

ZAMPINI, Giulia; ÖSTERMAN, Lucy; STENGEL, Camille; BENNALLICK, Miranda. “Turning gender inside-out: delivering Higher Education in women’s carceral spaces”. *Journal of Prison Education and Reentry*, v. 6, n. 1, 2019. DOI: 10.25771/patp-a616. Acesso em 20/08/2023.

Juliana de Moraes Prata (juliana.prata@uerj.br; julianaprata.prof@gmail.com) é doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente, é professora adjunta do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp/UERJ. Vice-coordenadora do Grupo de estudos e Pesquisas Juventude, Escola, Trabalho e Território (JETT).

Mônica Dias Peregrino Ferreira (monicaperegrino55@gmail.com) é professora e pesquisadora da Escola de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenadora do Grupo de estudos e Pesquisas Juventude, Escola, Trabalho e Território (JETT).

Juliana de Souza Barbosa (julianasouzabarbosa20@gmail.com) é doutora e mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO/PPGEdu, integra o grupo de pesquisa Juventude, Escola, Território e Trabalho (JETT). Especialista em Educação Básica no Ensino de Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ/

FFP e Sociedade e Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ. Graduada em Letras pela UERJ/FFP e Música pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora na Educação Básica Pública.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

PRATA, Juliana de Moraes; FERREIRA, Mônica Dias Peregrino; BARBOSA, Juliana de Souza. "Juventude e interseccionalidade: encontrando Lélia González". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 2, e105752, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 14/03/2025

Aceito em 19/03/2025

